



Anais da Assembléia

Nº 003

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1990

ANO XVI

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 02ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1990

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Renato Adur, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos, Irondi Pugliesi, José Alves, José Rogério Carvalho, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes e Sabino Campos (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a ata que acaba de ser lida.- Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e nove Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 11/90

Curitiba, 20 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação a dispositivo da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, e a suas posteriores alterações, com vistas a elevar de 17.492 para 19.367 policiais-militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Conforme determinações contidas em legislação federal pertinente à matéria (Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983), o assunto de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis foi preliminarmente apreciado pelos órgãos competentes do Ministério do Exército, tendo recebido manifestações favoráveis.

O Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, apresentando melhor detalhamento quanto aos aspectos da necessidade e oportunidade da medida, junto em expediente a mim encaminhado, justificativa do seguinte teor:

"1. EFETIVO PREVISTO

O efetivo da Corporação é o previsto pela Lei nº 8.994, de 02 de junho de 1989, que, dando nova redação ao Art. 1º da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação do Efetivo da PMPR), fixou-o em 17.492 policiais-militares, bem como o distribuiu pelos postos ou graduações, dentro dos respectivos quadros (oficiais) ou qualificações (praças), conforme seus anexos 1, 2 e 3.

2. AUMENTO DO EFETIVO PREVISTO

a. Parâmetros legais.

O Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares -

R/200 (aprovado pelo Decreto Federal n° 88.777, de 30 de setembro de 1983), em seu Art. 38, estabelece os parâmetros legais, senão vejamos:

"Art. 38 - Qualquer mudança de organização, aumento ou diminuição de efetivos das Polícias Militares dependerá de aprovação do Estado-Maior do Exército, que julgará da sua conveniência face às implicações dessa mudança no quadro da Defesa Interna e da Defesa Territorial.

§ 1° - As propostas de mudanças de efetivos das Polícias Militares serão apreciadas consoante os seguintes fatores, concernentes à respectiva Unidade da Federação:

- 1) condições geo-sócio-econômicas;
- 2) evolução demográfica;
- 3) extensão territorial;
- 4) índices de criminalidade;
- 5) capacidade máxima anual de recrutamento e de formação de policiais-militares, em particular os Soldados PM;
- 6) outros, a serem estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército.

§ 2° - Por aumento ou diminuição de efetivo das Polícias Militares compreende-se não só a mudança no efetivo global da Corporação mas, também, qualquer modificação dos efetivos fixados para cada posto ou graduação, dentro dos respectivos Quadros ou Qualificações."

b) Proposta

Ao atual efetivo previsto (17.492 PM) está sendo proposto um aumento de 1.875 policiais-militares, distribuído por postos (oficiais) ou graduações (praças) e por quadros ou qualificações, conforme se verifica no quadro anexo, acréscimo esse necessário para, basicamente, viabilizar a criação do 17° Batalhão de Polícia Militar (17° BPM), a ser sediado em São José dos Pinhais e com jurisdição em mais 13 (treze) municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Com tal efetivo será possível, também, uma reestruturação do Comando do Policiamento da Capital (CPC), assim como de algumas de suas atuais Unidades Operacionais (U Op) subordinadas, com a criação de mais 5 (cinco) Companhias de Polícia Militar (BP Gd: 3; 12° e 13° BPM: 1), 1 (um) Esquadrão de Polícia Militar (Reg P Mont) e um Pelotão de Polícia de Guarda (Cia Ind P Gd).

3. CRIAÇÃO DO 17° BPM/REESTRUTURAÇÃO DO CPC E U Op SUBORDINADAS

Nos dias atuais, a Capital do Estado e sua região de influência, que compreende a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e os Municípios de Adrianópolis e Tijucas do Sul, ou seja, área de responsabilidade do Comando do Policiamento da Capital/PMPR, defronta-se com o índice de criminalidade preocupante, considerando-se o número de ocorrências policiais comparativamente com

a população e sua característica de grande concentração urbana, o que tem ensejado inúmeras manifestações de autoridades locais, bem como da própria comunidade em geral.

Curitiba, por sua condição de Capital do Estado, concentra hoje uma dinâmica muito ativa na movimentação de pessoas, de negócios e de valores, fatores esses que propiciam a afluência de oportunistas e marginais.

Por outro lado, o Município de São José dos Pinhais vem apresentando, igualmente, um extraordinário desenvolvimento, o que o coloca como um dos de maior expressão no contexto paranaense.

Diante de tal realidade, a Polícia Militar, como responsável pela manutenção da ordem pública, vem se defrontando com uma série de dificuldades para fazer frente a uma gama de problemas, especialmente no que diz respeito a defasagem em seu efetivo, que se encontra praticamente estagnado ao longo dos últimos anos, não acompanhando, assim, o desenvolvimento do Estado, particularmente na Região Metropolitana de Curitiba, tanto é que a estrutura do CPC e de suas unidades subordinadas é, praticamente, a mesma desde a sua criação, o que ocorreu há mais de 10 (dez) anos.

Assim, uma reestruturação das atuais Organizações Policiais-Militares da Região e a criação de mais um Batalhão, com um aumento de efetivo decorrente, são medidas que se impõem a curto prazo, ainda não em níveis ideais, mas que, certamente virão a minimizar os problemas atinentes à segurança pública.

4. OUTRAS ALTERAÇÕES

a. O presente projeto altera, também, o limite máximo do efetivo de praças especiais, de 50 Aspirantes-a-Oficial e 150 Alunos da Escola de Formação de Oficiais para 100 e 300 respectivamente, limite esse que se encontrava inalterado desde a promulgação da Lei n° 7.047/78 e que já não vem atendendo as necessidades da Polícia Militar no que diz respeito a formação de novos oficiais para a reposição natural de seus quadros, assim como em razão de aumentos de seu efetivo.

Há que se esclarecer, ainda, que as praças especiais não são computadas no efetivo total da Corporação e as respectivas vagas são fixadas anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo, dentro do limite máximo.

b. Por outro lado, o projeto consolida 1 (uma) vaga de Capitão QOPM, tendo em vista as transformações que foram dadas pela Lei n° 7.882, de 27 de julho de 1984, no que se refere ao aproveitamento de vagas dos Quadros de Oficiais em Extinção. No presente caso, uma vaga no Quadro de Oficiais de Policiamento Rodoviário (em

extinção) está sendo aproveitada para o Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM), face o referido oficial (Capitão) haver sido promovido ao posto imediato (Major).

5. CONSIDERAÇÃO FINAL

Finalmente, não se propôs a revogação da Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação dos Efetivos da PMPR), mas tão-somente nova redação ao Art. 1°, § 2° do Art. 2° e aos Anexos 1, 2 e 3, permanecendo sem alteração todos os demais dispositivos, entre os quais o Art. 3°, que estipula, "verbis":

"Art. 3° - As vagas abertas em decorrência desta Lei serão progressivamente preenchidas mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, tendo em vista a disponibilidade orçamentária."

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 052/90

Art. 1° - A Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado) passa a vigorar com as seguintes alterações:

a. o artigo 1°, alterado pela Lei n° 8.994, de 02 de junho de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - O efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná é fixado em 19.367 policiais-militares."

b. o parágrafo 2° do artigo 2°, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° -

§ 1° -

§ 2° - O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirantes-a-Oficial até o limite de 100 e o de Alunos da Escola de Formação de Oficiais até o limite de 300."

Art. 2° - Os anexos 1, 2 e 3, integrantes da Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978, com as alterações introduzidas pelas Leis n° 7.638, de 1° de setembro de 1982, n° 7.815, de 29 de dezembro de 1983, n° 7.882, de 27 de julho de 1984, n° 7.960, de 21 de novembro de 1984, n° 8.066, de 26 de dezembro de 1984 e n° 8.994, de 02 de junho de 1989, passam a vigorar na forma dos anexos 1, 2 e 3 desta Lei.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

ANEXOS À LEI N°

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO 1

QUADROS	POSTOS	CEL	TC	MAJ	CAP	1ºT	2ºT	SOMA
QOPM		12	36	58	167	184	211	668
QOBM		2	5	8	18	40	50	123
QOPMFem		-	-	-	-	2	9	11
Q	MÉDICOS	1	5	6	6	15	-	33
S	DENTISTAS	1	2	7	8	13	-	31
	VETERINÁRIOS	-	-	-	1	2	-	3
	BIOQUÍMICOS	-	2	1	1	3	-	7
QCPM		-	-	-	1	1	-	2
Q	MÚSICOS	-	-	-	-	1	1	2
E	COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	1	2	3
QOA		-	-	-	13	25	74	112
QOEXTINÇÃO		-	1	1	2	-	-	4
TOTAL		16	51	81	217	287	347	999

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO ANEXO 2

QUADROS	POSTOS	TC	MAJ	CAP	1ºT	SOMA
POL. RODOVIÁRIO	(1)	1	1	-	-	2
IMP. REL. PÚBLICAS	(2)	-	-	1	-	1
MÚSICOS	(2)	-	-	1	-	1
SOMA		1	1	2	-	4

(1) Em extinção pela Lei n° 5.926, de 22 Abr 69

(2) Em extinção pela Lei n° 5.797, de 24 Jun 68

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL - ANEXO 3

QPMG	GRAD	ST	1ºS	2ºS	3ºS	Cb	Sd	SOMA
1-PRAÇAS PM		170	258	618	1.270	2.079	10.495	14.890
2-PRAÇAS BM		25	44	84	411	605	1.886	3.035
3-PRAÇAS PM Fem		-	2	10	33	45	333	423
TOTAL		195	304	712	1.714	2.729	12.714	18.368

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão para o Projeto de Lei n° 230/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto pelo Art. 35, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer aos Projetos de Lei n° 403/89, 010/90 e 015/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e do Poder Executivo, respectivamente.

Outrossim, Requer, que a constituição venha a acontecer na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 01.03.90.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) HERMAS BRANDAO

REQUERIMENTO N° 129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 052/90, de autoria do Poder Executivo, na sessão ordinária do próximo dia 01.03.90.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 235/83, sob protocolo n° 11.359/83.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor MANOEL COSTA MOREIRA, agricultor, ocorrido no Distrito de Barra Preta, Município de Jardim Alegre, em 17 de fevereiro de 1990.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo-se correspondência ao seguinte endereço: JURANDIR COSTA MOREIRA (filho) - Distrito de Barra Preta - 86.860 - JARDIM ALEGRE - PR.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Dr. MARINO PEREIRA JÚNIOR, engenheiro, ocorrido no dia 18 de fevereiro na Rodovia BR 116, próximo à cidade de Registro (SP).

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo-se correspondência ao pai, Senhor Dr. MARINO PEREIRA, na cidade de Apucarana (PR).

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Engenheiro Civil com 41 anos de idade, desde moço acompanhava seu pai, Dr. Marino Pereira, radicado em Apucarana, em suas atividades médico-hospitalares, e, de político prestigioso que elegeu-se Prefeito, Deputado Estadual e Federal, com qual formou empresas de construção de estradas e pontes, entre outros empreendimentos, com grandes êxitos e elevado prestígio na classe de construtores.

Ressalto do finado engenheiro, suas realizações de pontes em São João do Ivaí e seu amor pelo povo do Vale do Ivaí, que sempre percorria com o pai.

As populações dos Municípios do Vale do Ivaí, que o conhecia, pranteou a morte do promissor engenheiro, especialmente nos Municípios de São João do Ivaí e Jardim Alegre, criados por projetos apresentados por seu pai, Deputado Marino, assessorado na época pelo suplente de Vereador da Frente Trabalhista, Dr. Nelson Sobieray.

REQUERIMENTO N° 096

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Instituto de Engenharia do Paraná, pela feliz iniciativa do debate promovido sobre a construção de uma ponte ligando Caiobá a Guaratuba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. NEY FERNANDO PERRACINI DE AZEVEDO, Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A execução da ponte ligando Caiobá à Guaratuba sobre a Baía de Guaratuba, está expressa no artigo 36 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

O Instituto de Engenharia do Paraná, teve a feliz iniciativa de promover no último domingo, um debate em torno do assunto, na cidade de Matinhos, reunindo prefeitos, vereadores do litoral, representantes do D.E.R., da Secretaria dos Transportes, do D.N.E.R., engenheiros, lideranças da comunidade e mais pessoas interessadas naquela obra.

Para defender a necessidade da ponte, o principal argumento é promover uma maior integração do litoral paranaense, incrementando o turismo, facilitando o acesso às principais praias, pois o Paraná oferece muito pouco aos turistas. A dificuldade que o turista encontra hoje, para alcançar Guaratuba através do "Ferry Boat" é tão grande, que estamos vendo a evasão de turistas para as praias de outros Estados.

Não existe hoje nem em futuro próximo a possibilidade do Estado assumir uma obra que envolva altos investimentos como este caso. A fórmula da concessão de exploração a custo zero para o Estado é a melhor solução.

REQUERIMENTO N° 102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, votos de congratulações e expressões de regozijo, pela passagem do Centenário de fundação do promissor Município de SÃO JOÃO DO TRIUNFO, criado pela Lei n° 13, de 08 de janeiro de 1890 e instalado a 15 de fevereiro do mesmo ano.

Requer, ainda, que as manifestações em apreço sejam estendidas às autoridades locais, a seguir: Excelentíssimo Senhor JOSÉ MARIA TARDIN, Digníssimo Prefeito Municipal; Ilustríssimo Senhor BERNARDINO DE SOUZA MOREIRA, Mui Digno Vice-Prefeito Municipal; Excelentíssimo Senhor JOSÉ MARIA ESTEFANO GRACIA, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ CARLOS TEA, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca.

Da decisão do Plenário, solicita, seja dada ciência aos mesmos, através da Prefeitura Municipal de São João do Triunfo (PR).

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 105

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Prefeito Municipal de CONTENDA, Senhor PEDRO BOÇOEN, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador ALEXANDRE SABBAG e demais Vereadores daquele Município, pelo incentivo que vêm empreendendo à cultura, apoiando todas as manifestações culturais e artísticas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Prefeito PEDRO BOÇOEN, ao Presidente da Câmara, Vereador ALEXANDRE SABBAG e a todos os Vereadores, para que recebam e transmitam à toda a comunidade de CONTENDA, o respeito e a admiração da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Contenda vem dando especial apoio no estímulo e promoção da cultura. Todas as iniciativas da população

local recebem o incentivo da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Ressalta-se nesse apoio às manifestações culturais e artísticas o empenho do Prefeito PEDRO BOÇOEN e do Presidente do Legislativo Municipal, Vereador ALEXANDRE SABBAG.

Recentemente mais um evento voltado para a atividade cultural aconteceu em Contenda, quando do lançamento do livro de poesias do contendense ANTÔNIO ROGÉRIO CZESLUSNIAK, expoente da literatura, premiado em diversos concursos de âmbito nacional. O seu livro "TRAÇOS", foi recebido com carinho e orgulho pela comunidade de Contenda e Região. Na oportunidade, também foi realizada uma exposição do Jornal "TRIBUNA REGIONAL", da Lapa, que está comemorando 14 anos de fundação, sendo homenageado o seu diretor, jornalista e escritor ARAMIS GORNISKI. E abrilhantando o evento, uma exposição da jovem pintora contendense NÚBIA ESTELA STRASBACH, que embora jovem e autodidata já desponta no cenário das artes plásticas, dedicando-se ao desenho. Encerrando a festividade, uma apresentação do conjunto musical "Brilho", também de Contenda.

Com o decisivo apoio dos Poderes Municipais, a gente de Contenda cada vez mais irá revelar seus pendores, resgatando as raízes culturais de seus antepassados, preparando um futuro de merecido destaque no cenário cultural do Paraná.

São exemplos dignos do nosso aplauso e também merecedores do apoio dos organismos culturais do Estado. Merece congratulações o Prefeito PEDRO BOÇOEN, merece congratulações o Presidente da Câmara, ALEXANDRE SABBAG, estão de parabéns todos os Vereadores, lídimos representantes do povo de Contenda por saberem cultivar suas tradições para gáudio de toda a comunidade.

REQUERIMENTO N° 106

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Município de Salto do Lontra, pelo transcurso do aniversário de sua emancipação político-administrativa, no dia 18 de fevereiro, requerendo-se mais, que do ato de sê ciência às chefias dos Poderes Executivo e Legislativo daquela localidade.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Salto do Lontra, desmembrado de Francisco Beltrão pela Lei n° 4.823, de 18 de fevereiro de 1965, conquistou grande importância econômica até pelo grande número de indústrias e pelo

forte comércio que desenvolveu, além da notável produção agropecuária. Justa, portanto, a homenagem ora proposta, merecida pelo operoso povo de Salto do Lontra que corajosamente tem enfrentado todos os desafios da economia para manter-se no lugar destacado que conquistou a custo de tanto trabalho.

REQUERIMENTO N° 119

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de votos de congratulações à AMUNOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO PARANÁ - pela eleição da nova diretoria.

Tal entidade, cuja finalidade precípua é a defesa conjunta dos interesses dos municípios que integram a região norte do Paraná, passa a ter a seguinte diretoria:

- Presidente: José Fernandes da Silva - Bandeirantes
- 1° Vice - José C. da Cruz - Assaí
- 2° Vice - José Polônio - Santa Mariana
- Representante da AMUNOP - Humberto Z. Chamilete - Jataizinho
- Conselho Fiscal - Benedito S. do Nascimento (Congonhinhas); Eduardo L. Trevisan (Cornélio Procopio); Mário Fuzeto (Itambaracá); José A. Marinho (Nova Fátima); José Munhoz (Santa Cecília do Pavão); Clóves C. Moraes (Sapopema); Renato Tavares (Sertaneja).

Recebam, todos os eleitos os sinceros cumprimentos deste Poder e os votos sinceros de uma gestão profícua e empreendedora.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício às Suas Excelências, o Senhor Governador do Estado ÁLVARO DIAS e à Senhora Secretária de Estado da Educação, GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando sejam envidados esforços visando a liberação de recursos para fazer frente a construção de prédio para abrigar uma Escola Estadual de 1° Grau, no Parque Nossa Senhora das Graças, em PONTA GROSSA, ou naquelas proximidades, bem como a implantação das 5.ª a 8.ª séries.

A presente moção é procedente de abaixo assinado, subscrito por membros das Associações de Moradores do Parque Nossa Senhora das Graças, do Jardim Esplanada, Vila Isabel, Vila Tânia Mara, Palmeirinha e Vila Leila Maria, bem como da Presidência do Projeto Galha Azul, Setor I, em cujo

expediente ressaltam a importância dessa construção, principalmente por ensejar a comunidade moradora daqueles núcleos contar com uma Escola Estadual de 1° Grau para atender alunos menores de 12 anos que não podem frequentar as aulas no período noturno, inclusive os do Núcleo Pró-Lar, ora em construção, também composto de famílias de baixa renda.

O objetivo maior é o de salvaguardar estes jovens dos riscos a que estão sujeitos, uma vez que são obrigados a percorrer longas distâncias para estudar, face a inexistência de um estabelecimento mais próximo, além do ônus que isso traz às famílias, inviabilizando, por vezes, que dê prosseguimento ao seu aprendizado.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando esforços no sentido de autorizar a implantação do Curso de 2° Grau na ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR EPAMINONDAS NOVAES RIBAS, localizada no Bairro da Palmeirinha, em Ponta Grossa.

Procede a presente moção de apelo contido em abaixo assinado subscrito por representantes das Associações de Moradores do Parque Nossa Senhora das Graças, Associação dos Moradores do Jardim Esplanada, Associação dos Moradores da Vila Isabel, Associação dos Moradores da Vila Tânia Mara, Associação dos Moradores Vila Leila Maria, documento esse que vem evidenciar a necessidade de providências para implantação do mencionado curso com a maior brevidade, face ao número de alunos que, ao concluírem o 1° Grau, ficam impedidos de dar continuação ao seu aprendizado, em vista das longas distâncias em que se situam os demais estabelecimentos que podem oferecer esse Curso. Por outro lado, trata-se de famílias de poucos recursos e que não possuem condições para arcar com o ônus de passagens e demais despesas que disso decorrem.

Esta é uma das razões que, lamentavelmente, tem contribuído de forma acentuada para o crescimento do índice de desistência nas escolas, o que, absolutamente não nos parece salutar.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando a construção de um Centro Comunitário na Vila Rio Grande, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação tem por objetivo principal, ajustar o movimento comunitário a um lugar adequado para a sua prática.

A viabilidade dessa construção, proporcionaria melhores condições aos moradores da referida localidade, os quais passariam a ter um local onde realizar seus encontros, cursos, conferências, reuniões rotineiras, além de um espaço físico considerável para suas promoções sociais.

Dada a relevância desta proposição e ciente da sensibilidade desta Pasta, frente aos nossos problemas sócio-comunitários, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no art. 55 da Constituição Estadual, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, e ao Senhor Nivaldo Kruger, Presidente da Cia. de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando providências no sentido de cancelar a concorrência pública internacional para execução das obras de ampliação e melhorias do Sistema de Abastecimento de Água de Curitiba - Sistema Passaúna - 2ª etapa.

A solicitação justifica-se em razão de que:

- A concorrência quando de sua realização não dispunha, como até hoje não dispõe, de recursos efetivamente contratados para a sua execução;

- A concorrência apresentou vícios e claro direcionamento, uma vez que, muito antes da abertura da proposta já era de conhecimento público o nome dos ganhadores;

- Os preços praticados estão muito acima dos constantes da Tabela de Preços Unitários Compostos da SANEPAR, observado aí, a ausência de clareza dos quantitativos e conseqüente distorção dos preços unitários.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, e ao Senhor Deputado Mário Pereira, Secretário de Estado da Administração, solicitando seus préstimos com vistas ao cumprimento do que dispõe a Lei 8246 de 13 de janeiro de 1986, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho, que são em torno de quatro mil recebem uma pensão mensal que varia entre NCz\$ 146,59 (cento e quarenta e seis cruzados novos e cinquenta e nove centavos) e NCz\$ 500,00 (quinhentos cruzados novos) no máximo, o que, convenhamos, é insuficiente para que esta pessoa sequer sobreviva.

Em face ao exposto acima, é que apelamos para a sensibilidade do Senhor Governador do Estado do Paraná, e do Senhor Secretário de Estado da Administração, em busca de uma solução que venha de encontro aos anseios e necessidade dos portadores de hanseníase que se encontram definitivamente incapacitados.

REQUERIMENTO N° 098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, a participação da Assembléia Legislativa do Paraná como promotora de um Fórum de Ciência e Tecnologia, contando ainda com a participação do Poder Executivo, das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, tendo em vista a necessidade da regulamentação do artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 205 estabelece que dois por cento da receita tributária do Estado será repassada para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que será destinada em duodécimos mensalmente, e será gerida por órgão específico.

Isto posto é mister que este poder realize uma ampla discussão com a comunidade científica, poder executivo, trabalhadores e empresários, visando a elaboração de uma Lei que defina a destinação, gerência e aplicação de recursos.

REQUERIMENTO N° 125

Senhor Presidente.

Desde a promulgação da Constituição do

Estado do Paraná, em 05/10/89, já se passaram mais de cento e vinte dias, período em que transcorreram alguns prazos previstos pela Carta Estadual.

O artigo 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Paranaense determina que, no prazo de um ano de sua promulgação, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de Comissão Especial, deverá promover uma auditoria na Dívida Externa do nosso Estado. Trata-se de uma tarefa fundamental, difícil e demorada. Como já se passaram três meses há que se tomar as providências cabíveis urgentemente para que, dispositivo tão importante não se torne letra morta.

Por sua vez o artigo 12 do mesmo Ato, prevê a criação, no prazo de noventa dias, de uma comissão responsável pela "apresentação de estudos sobre as implicações da nova Constituição e anteprojetos da legislação complementar". O prazo evidentemente esgotado, não deve ser obstáculo à sua constituição, porquanto esta comissão parlamentar é urgente e necessária. Isto é necessário porque a própria Constituição estabelece prazos para elaboração de toda a legislação decorrente.

Diante do exposto e da evidência da situação este Parlamentar, no uso de suas atribuições REQUER, ouvido o Plenário, a constituição das referidas comissões, para que os fins propostos sejam atingidos.

Sala das Sessões, em 20.02.90

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 120

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, envio de telex deste Poder Legislativo, subscrito pelos senhores parlamentares, manifestando o apoio desta Assembléia Legislativa a proposta de denominação "TEATRO JOSÉ MARIA SANTOS" o espaço cultural "TEATRO TREZE DE MAIO", nesta Capital, mantido pela Secretaria da Cultura.

A proposta de homenagem ao grande ator paranaense José Maria Santos, falecido no início deste ano, através do empréstimo do seu nome ao teatro Treze de Maio, surgiu através do Jornal do Estado e teve excelente receptividade junto à classe artística do Estado, constituindo-se numa justa homenagem a esse homem que não apenas foi brilhante, construindo a história do nosso teatro, como, literalmente, um dos construtores do Teatro da Classe. Foi através das mãos de José Maria Santos e Irineu Adami que o Teatro nasceu e foi colocado em pé.

Agora, quando a Comissão de Artes Cênicas da Secretaria do Estado da Cultura

deve reunir-se para votar a proposta de homenagem a José Maria Santos, muito própria seria uma manifestação favorável desta Casa como demonstração de apreço pela figura - extinta organicamente mas, imortal em nossa lembrança - de José Maria Santos.

Que do teor do presente dê-se ciência, além do Secretário de Estado da Cultura, aos membros da Comissão de Artes Cênicas da Secretaria de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 20.02.90

(a) AIGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 123

Senhor Presidente.

No artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná está prevista uma articulação entre o Estado e Município para promover, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação da Carta Estadual, o recenseamento escolar prescrito na Constituição Federal.

Como o prazo é exíguo para tamanha tarefa e como já estamos no marco dos três meses do mesmo prazo, REQUEIRO, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, para que encaminhe à Secretaria da Educação, solicitando informações sobre o estágio atual daquele procedimento.

Sala das Sessões, em 20.02.90

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 126

Senhor Presidente.

O Artigo 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, responsabiliza o Estado pela elaboração de uma lista dos presos em regime de cumprimento de pena definitiva, no prazo de noventa dias a partir de 05 de outubro p.p..

Quiseram os Constituintes de 1989, ao aprovar a referida norma, evitar possíveis injustiças a condenados que, eventualmente, possam estar cumprindo pena além do estabelecido por sentença.

Diante do exposto, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Justiça, Trabalho e Ação Social e ao Exmo. Senhor Procurador Geral da Justiça, solicitando informações a respeito do procedimento prescrito naquele dispositivo.

Sala das Sessões, em 20.02.90

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 118

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo,

o artigo "MENSAGEM PARA O ANO 2000", de autoria do Provedor Geral da Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, eng. Ivo Arzua Pereira.

No seu artigo de opinião pessoal, o eng. Ivo Arzua Pereira discorre sobre o planejamento urbano em nossa Capital, a criação do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, criado em 1965.

Vale como registro da opinião deste que foi um dos mais brilhantes prefeitos de nossa Capital e um dos homens de maior valor de nossa cena política.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Doutor Ivo Arzua Pereira.

Sala das Sessões, em 20.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 041/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica isento de pagamento de passagens, nos ônibus das linhas do transporte coletivo intermunicipal o passageiro maior de 65 anos de idade.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Temos visto administradores municipais sensibilizados com a situação de idosos em seus municípios possibilitando o transporte coletivo gratuito dentro de suas jurisdições.

Considerando que não podemos como legisladores, ficar insensíveis a angústia vivida pelos idosos que na sua maioria depois de darem à Nação os melhores dias de suas vidas, se aposentam, quando se aposentam, com salários indignos que não chegam a satisfazer as mínimas necessidades do cidadão.

Considerando que é justamente quando as pessoas passam a sentir mais intensamente o peso dos anos de labuta por dias melhores que mais precisam de apoio.

Considerando que muitos idosos sem condições financeiras para se deslocar do interior para os maiores centros em busca de recursos médicos, batem em nossas portas, tendo que se humilhar, depois de tantos anos de trabalho, para pedir auxílio de uma passagem.

Considerando que com a gratuidade de passagens intermunicipais aos maiores de 65 anos estaremos corrigindo em parte esta gritante falta para com os idosos.

Considerando que este deve ser o sentimento dos nobres parlamentares paranaenses que sabem que uma pessoa com mais de 65 anos de idade só viaja mesmo em caso de extrema necessidade é que os conclamo para atender ao clamor de justiça de quem já dedicou o melhor de sua vida ao trabalho e a família esperando somente um final de existência mais tranqüilo.

PROJETO DE LEI N° 042/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública à Associação dos Moradores da Vila Santana e Barreto, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila Santana e Barreto, constitui uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, cujas finalidades principais estão voltadas para os interesses comuns da comunidade que a integra, bem como para a prestação de serviços sócio-comunitários, propiciando-lhe condições as mais favoráveis a elevação da qualidade de vida, bem como de resolver seus problemas comuns, e assim alcançar sua própria autonomia.

A Associação em questão constitui-se, assim o órgão de representação a nível Municipal, Estadual e Federal, oficiais e particulares, em nome dos interesses e anseios dos moradores da Vila Santana e Barreto.

Fundada em 21 de maio de 1986, contando portanto com 03 anos e 9 meses de existência, à Associação dos Moradores da Vila Santana e Barreto vem cumprindo com as formalidades de Lei, prestando inestimável contribuição à sociedade pontagrossense como um todo.

Diante do exposto, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, e, para cuja proposição, conta o parlamentar com o apoio dos membros desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 043/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada "Prefeito Atilio Chaves da Silva" a Rodovia PR-471, do entroncamento com a PR-180 - na localidade de Vista Alegre, ao entroncamento com a PR-281 - no Município de Salto do Lontra.

Art. 2° - Revogadas as disposições em

contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Atilio Chaves da Silva foi um político conservador, cioso dos seus compromissos para com a comunidade que o elegeu; e chegou ao Cargo de Prefeito graças ao respeito, à simpatia e à confiança conquistada com a sua simplicidade de homem do interior, criado nas lidas agrícolas, habituado a respeitar e a se fazer respeitar.

Seu período de Governo foi calmo e, apesar das grandes e até insuportáveis dificuldades econômicas e financeiras, pode alcançar o final do mandato com o orçamento municipal equilibrado.

Ao falecer, tantos anos depois de deixar o cargo, foi homenageado pela população como ex-Prefeito Atilio Chaves - a mesma homenagem que ora elegemos oportuna para perpetuar seu nome por justo merecimento, ato que homenageará, igualmente, ao Povo do simpático Município de Enéas Marques.

PROJETO DE LEI N° 044/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada "Ricieri Cella" a rodovia PR - 475, ligando os Municípios de Francisco Beltrão e Verê.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Nascido no Município de Guaporé-RS, a 17 maio de 1917, Ricieri Cella fixou residência na antiga Vila de Marrecas no mês de junho do ano de 1948. Iniciou desde logo o negócio que desenvolveu a partir de então, como respeitável revendedor de bebidas de fabricantes paranaenses e gaúchos e como fabricante de refrigerantes - as afamadas gasosas Cella. Tornou-se conhecido em toda a área e quando a antiga vila foi elevada a Município, candidatou-se ao Cargo de Prefeito.

Venceu essa Eleição "na primeira contagem de votos", sendo diplomado e empossado a 14 de dezembro de 1952". Exerceu esse Mandato pelo curto período de 51 dias, em virtude de uma recontagem dos votos ter dado a vitória ao candidato adversário.

A postura elevada mantida por Ricieri Cella, desde então, manteve-o numa posição de proeminência, participando à distância da política local, ouvido como conselheiro, mas jamais cogitando de postular nova

candidatura.

Dos pioneiros que abriram as primeiras picadas, Cella viu surgirem as primeiras estradas interligando Francisco Beltrão a outras vilas e novos municípios, palmilhando cada caminho e participando da construção e do progresso da comunidade beltronense.

Inscrito seu nome na história daquele Município, fez-se o credor da homenagem proposta pelo presente Projeto de Lei, à qual desejamos associar o Poder Legislativo paranaense, rogando o voto unânime dos seus Ilustres Membros.

PROJETO DE LEI N° 045/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida para a Senhora Mildred Carneiro Cantelmo, viúva do ex-Preo Antonio de Paiva Cantelmo, do Município de Francisco Beltrão, Pensão Mensal equivalente a dois (02) Salários Mínimos.

Parágrafo Único - A Pensão de que trata a presente lei deixará de ser devida, caso a beneficiária contraia novas núpcias.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.90/

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Antonio de Paiva Cantelmo exerceu o Cargo de Prefeito de Francisco Beltrão por dois períodos administrativos. Esteve entre os primeiros a chegar e radicar-se na antiga Vila Marrecas à qual ajudou a emancipar-se administrativa e politicamente, mantendo essa dedicação em todos os momentos de sua vida, do que participou sua esposa, até exercendo importantes funções sociais e comunitárias como Primeira Dama do Município com o mesmo interesse e a mesma dedicação. A proposta deste projeto de lei, portanto, representa o reconhecimento pelo que puderam realizar - a homenagem dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Paraná - em favor do Município de Francisco Beltrão.

PROJETO DE LEI N° 046/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida para a Senhora Iracema Feiten, viúva do Senhor Ivo Pedro Feiten - ex-Prefeito do Município de São João, Pensão Mensal, equivalente a dois (02) Salários Mínimos.

Parágrafo Único - A pensão de que trata a presente Lei deixará de ser devida,

caso a beneficiária contraia novas núpcias.

Art. 2° - Revogadas as disposições contrárias, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O ex-prefeito Ivo Feiten foi um trabalhador dedicado, contando sempre com sua esposa, Dona Iracema ao seu lado. A herança que deixou foi o nome honrado, o respeito e a dedicação desprendida pela função pública que exerceu proficientemente, o amor que inspirou e as inúmeras amizades que sabiamente conquistou durante a existência.

Como homem público, foi coerente a princípios rígidos e muitas vezes privou a família de sua companhia para atender interesses e urgências da comunidade, à qual serviu desinteressadamente. A Pensão, ora proposta, pode representar um justo reconhecimento ao trabalho de Ivo Feiten e um agradecimento àquela que soube privar-se de muitos direitos para respeitar os Deveres do saudoso esposo.

PROJETO DE LEI N° 047/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida Pensão Mensal no valor equivalente a dois (02) Salários Mínimos para a Senhora Delma Chaves da Silva, viúva do ex-Prefeito Atílio Chaves da Silva - do Município de Enéas Marques - Sudoeste do Paraná.

Parágrafo Único - A Pensão deixará de ser devida caso a beneficiária contraia novas núpcias.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O ex-Prefeito Atílio Chaves da Silva chegou ao Cargo pelas qualidades de cidadão, reconhecidas pela população do Município de Enéas Marques. Homem simples e habituado às lidas agrícolas não acumulou posses; e só pôde deixar, como herança, o seu nome e o seu exemplo de honradez, seriedade e proficiência.

A dedicação que emprestou à sua atividade de homem público justifica a proposta, oferecendo-se à sua viúva alguma coisa material como pequena contribuição pelo muito, imensurável mesmo, que desprendidamente o seu esposo dedicou ao Município e à sua população reconhecida que, certamente, também aplaudirá o gesto desta Assembléia Legislativa do Paraná, deliberando o

projeto de lei ora encaminhado, pelo voto unânime dos seus Ilustres Membros.

PROJETO DE LEI N° 048/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Estado concederá estímulos especiais, nos termos desta lei, às pessoas, com menos de sessenta e cinco anos de idade, com capacidade civil plena, residentes em território paranaense, que doarem órgãos passíveis de serem transplantados, quando de sua morte, com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde.

Art. 2° - O doador deverá manter, em seu documentos, comprovantes de doação, que lhe será fornecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3° - A Secretaria de Estado da saúde, promoverá os registros e organizará cadastro, permanentemente atualizado, das doações a que se refere a presente lei, franqueando-se a todas as instituições e pessoas interessadas.

Art. 4° - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, outorgará, aos doadores, Certificados de Reconhecimento Público, divulgando, no Diário Oficial, a cada mês, a relação das doações formalizadas no período.

Art. 5° - Os doadores terão prioridade de atendimento à saúde junto a unidades sanitárias, ambulatoriais ou hospitalares, integradas ao SUDS (Sistema Unificado Descentralizado de Saúde) ou a outro sistema oficial que venha a suceder.

Art. 6° - Em igualdade de condições e a requerimento seu, os doadores terão prioridade assegurada em programas sociais promovidos pelo Estado, desde que beneficiem sua saúde.

Art. 7° - Quando da morte do doador, caso seus órgãos sejam utilizados para transplante, o Estado, a requerimento da família, custeará despesas adicionais de hospitalização e serviços funerários, decorrentes da doação.

§ 1° - Os benefícios previstos neste artigo estendem-se às doações "post mortem", decorrentes de decisão dos familiares responsáveis.

§ 2° - É vedado a médico particular participar do processo de diagnóstico de morte ou de decisão de suspensão dos meios artificiais do prolongamento da vida do possível doador, quando pertencer à equipe de transplante.

Art. 8° - Os transplantes só poderão ser realizados em hospitais públicos, cadastrados para este fim, sob a responsabilidade da equipe de saúde, de capacidade técnica comprovada em instituições autori-

zadas sendo expressamente vedada a sua realização em unidades particulares.

Art. 9º - Periodicamente, através de folhetos, cartazes, notícias na imprensa e outros meios, o Estado divulgará os fatores primordiais e indispensáveis à doação de órgãos a serem transplantados.

Art. 10 - Periodicamente, a correspondência oficial, contracheques, contas de luz, tratos de conta e outros documentos oficiais devem conter frases incentivando a doação de órgãos - impressas, carimbadas ou mediante registro mecânico apropriado.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

PROJETO DE LEI N° 049/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Nos Edifícios destinados aos Fóruns, presídios e delegacias de polícia, serão reservadas à Ordem dos Advogados do Brasil, dependências para uso dos Advogados do exercício da atividade profissional.

§ 1º - As dependências de que trata este artigo, terão áreas que propiciam aos advogados usuários, dignas condições de trabalho.

§ 2º - Em qualquer obra ou serviço de reforma, modificação, ampliação ou redução do prédio, reservar-se-ão as dependências de que trata este artigo.

Art. 2º - Fica vedada a utilização das dependências reservadas à Ordem dos Advogados do Brasil, para finalidade diversa da prevista no artigo anterior.

Art. 3º - A administração das dependências de que trata o artigo 1º desta Lei, caberá à Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.90

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Werner Wanderer, Valderi Mendes Villela.

PROJETO DE LEI N° 050/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na locali-

dade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

- Começa na foz do Ribeirão dos Dourados, no rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Ipiguá pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego Hacoatiara e por este abaixo até o Ribeirão Maraté, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a Estrada Municipal n. 100, divisória com o Município de Cambira, seguindo pela referida estrada rumo norte até seu cruzamento com o Ribeirão dos Dourados, daí desce por este, até a sua foz no Ribeirão Pirapó, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI N° 051/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de PONTAL DO PARANÁ, com território desmembrado do Município de Paranaguá, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na ponte sobre o Rio Fortuna, na PR-407; seguindo pela PR-407 até alcançar a ponte sobre o Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu abaixo até sua foz na orla marítima, confrontando com a Baía de Paranaguá; pela orla marítima, confrontando com o Oceano Atlântico o Balneário das Monções na divisa intermunicipal com Matinhos; deste ponto, por linha reta e seca de divisa intermunicipal Paranaguá/Matinhos, até a foz do Rio Pai Antonio no Rio Guaraguaçu; subindo o Rio Guaraguaçu; ainda divisando com o Município de Matinhos, até alcançar o Rio Cambará; pelo Rio Cambará acima até a ponte na Estrada Municipal PA-304; pela Estrada Municipal PA-304 até a ponte sobre o Rio das Pombas; pelo Rio das Pombas abaixo, até encontrar o caminho de ligação PR-407; Rio das Pombas; pelo referido caminho até a ponte sobre o Rio Fortuna na PR-407, ponto inicial."

Art. 2º - O perímetro urbano da sede do Município de Pontal do Paraná, é o seguinte:

"Começa na foz do Rio das Pombas no Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu abaixo, até a orla marítima; pela orla marítima compreendendo o balneário de Pontal do Sul até o Balneário de Monções; deste ponto, segue em linha reta e seca de divisa intermunicipal com Matinhos até alcançar o Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu abaixo até a Foz do Rio das Pombas."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.90

(2) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A região balneária do Paraná, caracterizada por ocupar um litoral de pequena extensão territorial, tem sido alvo de redobradas atenções do Governo e da população paranaenses, que assim procuravam valorizar os recursos naturais de que fomos dotados.

Não obstante, a área do Pontal do Paraná, compreendida pelas formações urbanísticas de Praia de Leste, Pontal do Sul e outras Praias, tem sido atingidas por um deficiência de ordem jurídico-política decorrente de sua não-estruturação em território autônomo, ou, pelo menos, dotado de especificidade mínima, vinculados que estão à municipalidade de Paranaguá.

Pretende-se, com o presente plano de lei, constituir a área de Praia de Leste e do Pontal e outras Praias do Município.

Com esse objetivo, atendemos à vigorosa reivindicação das populações permanente e temporária daqueles balneários, desejosos de contar com os benefícios dessa divisão territorial para fins de atendimento de seus problemas de urbanização, valorização e desenvolvimento local.

PROJETO DE LEI Nº 040/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os portadores de deficiências físicas, mentais ou sensoriais, comprovadamente carentes, gozarão de benefícios da gratuidade nos transportes coletivos urbanos e das regiões metropolitanas.

Art. 2º - A comprovação da condição para usufruir do benefício previsto no artigo primeiro, será feita através de:

I - Atestados médicos, expedidos pelos centros de atendimento aos excepcionais;

II - Documento expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo Prefeito municipal, atestando que o requerente necessitado é merecedor do benefício.

Art. 3º - O departamento competente da Secretaria de Estado dos Transportes, ou órgão que o venha suceder, fará a expedição da identificação própria aos beneficiários da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 20.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 224 da Constituição Estadual,

promulgada em 05 de outubro de 1989, garantiu a gratuidade no transporte coletivo urbano e metropolitano aos portadores de deficiências, comprovadamente carentes, bem como aos idosos com mais de sessenta e cinco anos. Aos idosos, o atendimento já vinha sendo feito e o dispositivo constitucional veio, apenas, assegurar o que já era uma conquista.

Com relação aos deficientes, a situação é a inversa: o dispositivo permanece "letra-morta" até que regulamentemos a matéria e a transformemos em conquista real.

Ao elaborarmos o presente plano de lei, estivemos atentos para garantir que o benefício fosse estendido exclusivamente àqueles que realmente necessitassem e, exatamente por isso, pedimos aos nobres Pares que se detenham nos incisos I e II do artigo 2º, que exigem, para concessão do benefício, atestado médico comprovando a deficiência e atestado da autoridade policial ou Prefeito municipal, comprovando que o requerente necessitado é merecedor do benefício.

Ademais, é dispensável argüir para o mérito da questão, considerada da mais elevada justiça, razão pela qual constou do texto constitucional vigente.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado José Felinto.

Ausente.

Com a palavra o nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem em resposta ao discurso do Deputado Hermas Brandão, o Líder do Governo, Deputado Artagão Mattos Leão, afirmou que o Governo Álvaro Dias é um Governo transparente.

Vou acreditar na palavra do Líder do PMDB. Acredito na palavra do Líder do PMDB, de que o Governo é transparente.

Não tem o Dicionário Aurélio, nem dos menos divulgados, mas, talvez os mais eruditos dicionaristas, irão interpretar ou traduzir a palavra transparência.

Quer me parecer que transparência é aquilo que é claro, aquilo que se transforma em conhecido, transparência é aquilo que não é escuro, que não é escondido. É aquilo que se divulga quando se fala da coisa pública.

Eu acredito na palavra do Líder do PMDB do Governo, Deputado Artagão Mattos Leão.

Estou encaminhando hoje, nobre Líder, e espero então que Vossa Excelência transforme a palavra transparência em algo concreto, um requerimento ao Sr. Promotor

Olympio de Sá Sotto Maior Neto, da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais de acidentes do trabalho e de reparação do dano, resultante de crime, nos seguintes termos.

Gostaria de adiantar ao nobre líder uma cópia do requerimento para que possa acompanhar o meu raciocínio.

Passo a ler o referido requerimento para esta Assembléia. (Lê):

"REQUERIMENTO

NEREU CARLOS MASSIGNAN, brasileiro, casado, deputado estadual, residente e domiciliado à rua Ernesto de Araújo, 170, Curitiba-PR, expõe e requer o seguinte:

I. Em 12 de maio de 1989, por seus advogados (doc. 1), requereu ao Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, "certidões e informações sobre os contratos firmados pelo Estado do Paraná com agências de propaganda e/ou com emissoras de rádio e televisão, bem como certidões e informações a respeito dos atos administrativos que determinaram a veiculação de tais publicidades... no período de 15.03.87 até a presente data (12.05.89 - v. doc. 1).

II. O requerimento protocolado sob o n° 313.255.2, às 10 horas do dia 12.05.89, mereceu parecer do Diretor Geral da Secretaria, Ricardo Causian Netto, em 20.05.89 (doc. 2). Notificado do parecer, conforme despacho do Dr. Wagner Pacheco, (doc. 3), o requerente deu os esclarecimentos reiterando em resumo o que fora objeto de sua solicitação original (v. doc. 4), resposta protocolada no dia 08.06.89.

III. Pois bem, recebeu o requerente informação do citado Procurador (doc. 5), onde conclui:

"O tema está sub judice, em discussão nos autos da apelação cível n° 1095/89, distribuída no T.J. ao órgão especial, tendo como relator o Des. Troiano Neto e como relator o Des. Ronald Accioly. Aguarde-se, no arquivo, o julgamento do recurso".

IV. Senhor Promotor: Como o objeto do meu requerimento tem "a finalidade de propor futura ação popular (v. doc. 1, in fine), a conclusão do Procurador Geral tem objetivo de negar a informação.

Assim, no resguardo dos meus direitos constitucionais solicito a interferência desta Promotoria, para que no prazo constitucional e da Lei n° 4747/65, art. 1°, § 4°, seja por parte da Secretaria da Comunicação Social atendido o que foi requerido, sob pena de responsabilidade constitucional e legal que o Ministério Público promoverá e que o subscritor desde já requer.

P. Deferimento.

Curitiba, 20.02.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN
Deputado Estadual

SECRETARIA DE ESTADO DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL

NEREU CARLOS MASSIGNAN, brasileiro, casado, deputado estadual, por seu procurador infra-assinado, com escritório profissional nesta Capital, à Rua Cândido de Leão, 45, conjunto n° 1005; vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro nos artigos 5°, XXXIII, da Constituição Federal, e 1°, § 4°, da Lei n° 4747/65; requerer certidões e informações sobre os contratos firmados pelo ESTADO DO PARANÁ com agências de propaganda e/ou com emissoras de rádio e televisão, bem como certidões e informações a respeito dos atos administrativos que determinaram a veiculação de tais publicidades oficiais, isto no período de 15 de março de 1987 até a presente data, ou seja, durante a atual gestão. Isto faz com finalidade de promover futura ação popular contra o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, o Sr. Álvaro Fernandes Dias e contra o Estado do Paraná.

Nestes termos,
pede deferimento.

Curitiba, 12 de maio de 1989.

(aa) MÁRIO SÉRGIO DE ALBUQUERQUE SCHIRMER
JOÃO PEDRO GEBRAN NETO"

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ... Termina de ler o requerimento.

Por que este requerimento? Este requerimento foi encaminhado porque, como todos sabem, sou autor de uma ação popular em que nós tínhamos como objetivo de que o Governo se adequasse aos termos da Constituição Federal e agora Estadual, quanto a publicidade nos veículos oficiais.

Esta ação popular está tramitando no Tribunal de Justiça, já se passa mais de ano. E o primeiro despacho do Juiz da época dizia que indeferia a petição inicial, porque eu, Deputado Estadual requerente, não apresentava os comprovantes por certidões dos atos de publicidade firmados com os veículos de publicidade por parte do Governo.

Pois bem, em razão desse despacho do Juiz, deixei a ação popular como estava e entrei com um pedido administrativo à Secretaria de Comunicação Social nos seguintes termos: (Lê requerimento em anexo).

Futura ação popular, já não era aquela que tramitava no Tribunal de Justiça, nós iríamos propor outra, atendendo ao despacho do juiz que indeferira aquela ação popular, porque não possuíamos exatamente

essas certidões que pedimos no dia 12 de maio de 1989, já estamos em 1990, e o despacho da Secretaria de Comunicação Social foi o seguinte. (Lê):

"O ato administrativo originário, relativo à publicidade e divulgação ampla está contido no formulário, pedido de autorização para veiculação e divulgação, que após aprovado pelo Conselho de Comunicação da Secretaria de Estado é procedida a criação, produção e veiculação. Nos termos de urgência, as aprovações são feitas "ad referendum" pelo Secretário desta Pasta, com ratificação das aprovações "a posteriori", pelo Conselho da Comunicação Social.

As aprovações e ratificações pelo Conselho de Comunicação Social, são cronologicamente registradas em livro próprio com os respectivos números dos livros, folhas e datas das aprovações, os quais se encontram à disposição para qualquer tipo de verificação.

Com referência a contratos firmados e os processos licitatórios de agências de publicidade e propaganda, informamos que de acordo com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado não existe exigibilidade. Portanto, não são efetuados.

Considerando o grande número de aprovações pelo Conselho de Comunicação Social no período mencionado, março de 1987 a maio de 1989, onde são contidos registros de publicidade e divulgação de editais de forma geral, solicitamos a fineza da identificação das vinculadas em confrontação com a legislação em vigor (Constituição Federal de 1988, art. 37, item XXI, § 1º) e/ou as que antecedem a Constituição Federal de 1988, para que possamos apresentar os documentos solicitados e as respectivas explicações dos fatos; e encaminhar à Procuradoria Geral do Estado, à atenção do Senhor Procurador Geral do Estado".

Despacho do Procurador Geral do Estado, Dr. Wagner Pacheco. (Lê):

1. Notificar o Dr. Procurador do requerente solicitando a explicação retro.

2. Após, voltem.

Em 30 de maio de 1989".

Dei as devidas explicações, dizendo que eu ratificava o pedido inicial, em data de 07 de junho de 1989.

Retorna ao Procurador, que dá o seguinte despacho. (Lê):

"Ofício n° 245/89 - PGE.

Curitiba, 18 de setembro de 1989.

Senhor Deputado:

De ordem do Excelentíssimo Sr. Procurador Geral do Estado, informo que no pedido de Vossa Excelência, protocolado sob o n° 313.255-2, foi proferido o seguinte despacho: "O tema está sub judice, em discussão nos autos da apelação cível n° 1095/89, distribuída no T.J. ao órgão es-

pecial, tendo como relator o Des. Troiano Neto e como revisor o Des. Ronald Accioly. Aguarde-se, no arquivo, o julgamento do recurso".

Curitiba, 24 de agosto de 1989.

(aa) WAGNER BRÚSSOLO PACHECO

Procurador Geral do Estado

Renovo a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) PAULO ROBERTO S. FERNANDES

Chefe de Gabinete

Excelentíssimo Senhor

Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN

Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL"

Muito bem. Só que o Procurador, o Dr. Wagner Brússolo Pacheco, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é um homem muito atento em fiscalizar os atos constitucionais da Constituinte do Estado do Paraná. É um homem preparado para arguir inconstitucionalidades. É um homem que tem batido às portas do Supremo Tribunal Federal a toda hora. É um homem que desprestigiou a Constituinte, à época em que ela funcionava, se antecipando em conceitos das decisões que tínhamos que fazer. É um homem que não respeitou este Poder Legislativo. É um homem que se arvora em intérprete da Constituição e é o primeiro que a viola, é o primeiro que a descumpre. É um cidadão que não pode carregar junto ao seu nome o título de Procurador Geral do Estado! Está procurando o quê, o Dr. Wagner? O artigo para me prestar as informações as quais eu tenho direito, pela Lei de Ação Popular, que assegura ao cidadão que em 15 dias o Poder Público é obrigado a informar, já se passa um ano!

O Dr. Wagner assessora o Dr. Fábio Campana e em campana, os dois, não cumprem a Constituição. O Tribunal de Justiça ainda não julgou. Mas, julgará. Um dia o Tribunal tomará a decisão da Ação Popular sobre a Publicidade. Mas, e o direito à informação? Que deve acontecer em 15 dias? O Dr. Wagner não leu bem a Constituição. Porque ele alegou, para me negar a informação, de que o assunto está "sub judice". Não está "sub judice"! Aquela é uma ação popular, que está no Tribunal de Justiça, este requerimento diz taxativamente no seu final que o objetivo é promover futura ação popular contra o Governador Álvaro Dias. Em data de 18 de maio de 1989, não tem nada de sub-judice nisto aqui, o Sr. Procurador deveria mandar fornecer as certidões, razão porque apelo hoje, e já protocolei na Promotoria de defesa dos assuntos constitucionais o presente pedido, que acabei de ler.

Resta agora ao Ministério Público, que vai nesta Constituinte mostrar que precisa

e necessita da independência para agir contra o Poder e contra os poderosos. E o Ministério Público, pelos Constituintes e atuais Deputados, mereceu respeito e consideração, lhe garantindo as prerrogativas que lhe permitem agir com independência na aplicação da Constituição e da Lei. A mim, resta, apelar ao Ministério Público, porque, documentalmente tenho a prova da violação da Lei da Constituição. Tenho a prova, nobre Líder, de que a palavra transparência exista apenas no dicionário do Governo para sua interpretação interna.

Mas, apelo a Vossa Excelência que garantiu a transparência ontem, e vou ser condescendente, que se conte quinze dias, de hoje, para se cumprir a Lei, e que me seja fornecido o que consta do pedido, claro e objetivo.

Ainda nesta semana, entraremos aqui na Assembléia como cidadão, diretamente com um Pedido de Informação ao Banco do Estado do Paraná, para que informe, não só o Banco do Estado, todo o conglomerado, a SANEPAR e a COPEL, que venham para esta Assembléia e que me informe, como cidadão, os gastos com a publicidade. O que aconteceu com o Banco do Estado, neste período, quanto dinheiro foi gasto neste setor? Mesmo porque no dia 05 de abril vai se cumprir 6 meses da vigência da Constituição do Estado, e a partir do dia 06 de abril, por disposição do Estado, o Governo é obrigado a publicar, em Diário Oficial, as despesas com publicidade, o veículo que a recebeu, e gastos dos últimos 6 meses. Então, vamos até antecipar isto e vamos pedir como cidadão e como Deputado, estas informações.

Concedo o aparte ao ilustre Líder do Governo, Deputado Artagão Mattos Leão.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Inicialmente, nobre Deputado, gostaríamos de destacar que a nossa Bancada aprovará o seu requerimento, não vemos motivo para não aprová-lo. Penso que o Governo Álvaro Dias nada tem a esconder.

Se Vossa Excelência não teve sua Ação Popular com tramitação até hoje no Tribunal de Justiça, é porque, conforme Vossa Excelência citou, o Magistrado, o Juiz que a julgou, achou que documentos faltavam para que ela tivesse seu prosseguimento.

Portanto, ilustre Deputado, não é o Governo, não é um órgão do Governo que disse que a documentação apresentada por Vossa Excelência estava incompleta, mas sim um Magistrado, pessoa capacitada para fazer o julgamento, e é evidente que, em se aprovando esse seu requerimento terá os esclarecimentos necessários, os esclarecimentos que Vossa Excelência deseja, porque eu tenho absoluta certeza que no final dessa sua nova ação popular, a ação será

outra, mas o julgamento será o mesmo. Não terá prosseguimento por falta de provas.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ilustre Deputado Artagão, Vossa Excelência não entendeu o que eu estou pretendendo.

A Ação Popular que está no Tribunal de Justiça é uma coisa. Depois disso é que eu requeri os documentos pela via administrativa. É isto o que estou afirmando aqui. Não está vinculado à Ação Popular. É uma nova situação, meramente administrativa, tanto é que Vossa Excelência tem os documentos aí e é bem clara no final. Documento nº 1, quando diz: Isto faz com a finalidade de se promover futura ação popular.

Então, o que nós pretendemos, é que pela via administrativa se conceda isto, é o que me garante a própria lei de ação popular no prazo de 15 dias. Eu gostaria que Vossa Excelência me desse uma explicação porque decorrido quase um ano, o Governo ainda não forneceu essas informações.

É isto o que eu preciso saber.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Essas informações evidentemente Vossa Excelência tem que solicitar a quem de direito.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A quem de direito, nobre Deputado?

O Sr. Artagão Mattos Leão - Evidentemente a quem Vossa Excelência solicitou, porque eu não estou aqui com todas as informações que todos os Deputados queiram a qualquer momento. Eu não sou um computador, ilustre Deputado. E não estou aqui neste Parlamento para dar apenas informações a outros Parlamentares quando o desejarem.

Vossa Excelência vem à tribuna, usa do seu direito de Parlamentar e vem pedir explicações a este Deputado... Eu tenho comigo de que, além de não ser obrigado a lhe dar explicações, me reservo o direito de não tê-las a qualquer momento.

Agora Vossa Excelência está apresentando um requerimento. Esse seu requerimento será aprovado por nossa Bancada, e evidentemente terá sua tramitação normal e Vossa Excelência terá a resposta que deseja.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado, desculpe, mas Vossa Excelência não entendeu o que estou pretendendo aqui.

Estou apresentando este requerimento à Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais. Não é na Assembléia.

O que estou apelando a Vossa Excelência também, não é que me dê informações imediatas. O que estou apelando a Vossa Excelência é que Vossa Excelência, como Líder do Governo para garantir a sua pala-

vra de transparência, interfira e me garanta que em 15 dias essas informações virão. E não sou eu quem está pedindo isto. É a lei que determina. A Lei de Ação Popular, n° 4747/65, art. 1°, § 4°.

É isto apenas que eu peço a Vossa Excelência.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Se esta resposta não vier em tempo hábil, Vossa Excelência use os meios legais. Existe a lei. Use-a.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Não veio, nobre parlamentar. Eu requeri em maio de 1989.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Existe a lei, use-a. Vossa Excelência é um ilustre jurista, é um advogado renomado lá na sua região. Vossa Excelência use a lei, Vossa Excelência sabe como usar a lei. Vossa Excelência sabe exigir cumprimento de Constituição e sabe também ferir a própria Constituição quando é de seu interesse como Vossa Excelência já o fez nesta Casa de Leis.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência agora quer escamotear. Sabe muito bem que o Governo não cumpriu com a Constituição, e o Dr. Wagner encarapuçado da toga de defensor permanente da Constituição, é o primeiro que assessora este Governo a violá-la. O Dr. Wagner, o Secretário da Comunicação Social e o próprio Governador. Nesse despacho que ele deu aqui ele assina, ele confessa a violação da Constituição.

A Lei de Ação Popular é clara, são 15 dias. O requerimento é de maio de 89. Está fazendo um ano que esse Governo escamoteia a verdade.

Eu já pedi a Vossa Excelência que transformasse aquela palavra da tribuna de ontem, de que esse Governo é transparente numa palavra de verdade, aquilo que ela está consubstanciada no seu dicionário. Porque de discurso de transparência, o povo paranaense está cansado e dando graças a Deus, que no dia 3 de abril esse discurso falso da transparência se esgota. Essa é que é a verdade, nobre Líder.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Isto no entendimento de Vossa Excelência. Vamos ver, Sr. Deputado, se este é o entendimento do povo do Paraná. As eleições estão aí. Vamos ver se esse é o entendimento do povo do Paraná.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Este Governo tem medo de informar a verdade.

Este Governo sabe que da sua administração não sobra pedra sobre pedra. Este Governo compete com a ditadura do Paraguai...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - É um processo inidôneo...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Se Vossa Excelência pretende ganhar no grito, porque ganha na manipulação dos dados do Governo também.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Julgamento de Vossa Excelência que não merece crédito de nossa parte.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu não quero crédito deste Governo, o que se quer aqui é o crédito da sociedade para Governo transparente, sério e honesto...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - As eleições estão aí Senhor Presidente, ilustre mestre Aníbal Khury, as eleições estão aí, o povo haverá de dizer se aprova ou não o nosso Governo...

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, infringe-se a Lei normalmente nesta Casa e o Deputado Artagão está demonstrando com toda clareza que ele é professor da matéria, infringe o Regimento Interno; está com a palavra o Deputado Nereu Carlos Massignan, e eu solicitaria a Vossa Excelência que garantisse a palavra ao Nobre Deputado para que o seu pronunciamento tivesse continuidade.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, o Deputado Nereu Carlos Massignan pediu que o Deputado Artagão Mattos Leão usasse o aparte dele. Portanto, não procede a colocação do Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - É, a minha nunca procede, nós que arguímos tantas inconstitucionalidades nesta Casa, tantas infrações contra as Leis nesta Casa, nunca um Deputado de oposição teve razão nesta Casa; mas isso está acabando, porque o rolo compressor nesta Casa diminui dia a dia, e dia 03 de abril nós não teremos mais 25 Deputados do PMDB nesta Casa, a Bancada verá que uma vez o Deputado de oposição, reconhecerá que falou a verdade.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - É bom que haja eleição, como invoca o Deputado, Líder do Governo, Artagão Mattos Leão, porque teremos um período de 45 dias de horário gratuito de televisão para mostrar, como se mostrou na eleição de Prefeito, que as verdades que o Palácio publica diariamente, são verdades entre aspas; que a transparência, essa palavra milagrosa que transforma tudo em ídolos, vão transformar esses ídolos nas estátuas de sal que não resistem ao orvalho

matinal deste Paraná verde. E vão se deterer perante as análises reais da situação deste Estado. O que se especulava há pouco, já é público, todo mundo sabe que o BADEP não recebe mais recursos privados e o próprio Governador teve que reconhecer e saiu com a desculpa de que só cobrando a dívida dos ATALLA e da Cidade de Curitiba o BADEP se recupera.

O Governador com essa declaração confessa a falência do BADEP, porque a ATALLA e a CIC não vai ser cobrado em seis meses, e o BADEP resiste há seis meses com essa declaração irresponsável do Governador...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência é a favor ou contra a cobrança da dívida do ATALLA?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu sou a favor, mas condicionar, Nobre Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência que gosta tanto de agradar o Governo, eu sou a favor à cobrança, mas vincular o sucesso do BADEP à cobrança da dívida do ATALLA, é confessar a inoperância do BADEP e desse Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para comunicar a presença em Plenário do Secretário da Segurança Pública e do Comandante da Polícia Militar.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - É importante comunicar porque de repente alguém vai precisar dessa segurança aí.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 78, Regimento Interno:

"Para apartear um colega deverá o Deputado solicitar-lhe permissão".

A Mesa vai agir rigorosamente neste sentido.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu prossigo, nobre Presidente.

O SR. JOSÉ FELINTO - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu ouço V.Exa. com muito prazer, Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Agradeço o aparte de V.Exa., e queria lembrar a V.Exa., que é um homem de boa memória e conhece bem a História do Paraná, V.Exa., na oportunidade fazia parte da equipe do Governo José Richa, deve lembrar que o Atalla era inadimplente com o Governo do Estado, O Governo José Richa ainda foi muito bondoso ao lhe dar o empréstimo fabuloso, incentivado na época pelo Banco do Estado. Eu reportarei a V.Exa., se é do seu conhecimen-

to e se V.Exa. é a favor ou não da cobrança do Atalla.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Passou o Governo Ney Braga, passou o Governo Jaime Canet, passou o Governo Emílio Gomes, passou o Governo Parigot de Souza; é de 72.

O SR. JOSÉ FELINTO - Mas eu falei do empréstimo, do aumento do empréstimo no Governo José Richa, que V.Exa. não tem coragem de falar na Tribuna.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu não entendi V.Exa.; V.Exa. não foi muito claro.

O SR. JOSÉ FELINTO - Não fui claro? É que, quando diz respeito aos desmandos... V.Exa. deve lembrar dos cisnes, talvez que aquele empréstimo do Atalla deve ter ajudado ao casal de cisnes e quem sabe V.Exa. refrescará a memória falando dos cisnes, um casal de cisnes brancos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Tal qual o Governo Álvaro Dias auxiliou o BADEP: que confessa publicamente que este Banco não capta mais recursos privados. Tal qual as manipulações que fez V.Exa. para o Sílvio Santos fosse candidato à Presidência, digo a Presidente, envolvendo seiscentos mil cruzados na troca de siglas.

Tal que fez V.Exa. em Brasília e o "Jornal do Brasil" publicou em duas páginas as conversas que V.Exa. teve.

(Conversas paralelas).

O SR. JOSÉ FELINTO - Deputado Nereu, V.Exa. fala em provas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Grande Expediente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu sou a favor da cobrança da dívida do Atalla; que esta dívida não é do Governo de José Richa; e ratificar aquilo que eu disse: que a declaração do Governo era Álvaro Dias; em relação ao BADEP vinculando o sucesso deste Banco, a cobrança da dívida do Atalla e da dívida da Cidade de Curitiba, é uma declaração irresponsável.

O SR. JOSÉ FELINTO - Tanto quanto o empréstimo ao devedor inadimplente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença do Secretário de Estado da Segurança, acompanhado do chefe, do Comandante da Polícia Militar, que traz uma Mensagem, em caráter excepcional vai solicitar a S.Exa., dada a importância da

matéria, que S.Exa. leia a Mensagem.

O SR. ANTÔNIO LOPES DE NORONHA - Inicialmente, eu gostaria de agradecer a deferência e a honra de me dirigir ao Presidente Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, à Mesa diretiva e a todos os Senhores Deputados que estão aqui presentes.

A Mensagem que eu trago à apreciação do Poder Legislativo é a que diz respeito à criação do Batalhão de Polícia Metropolitana. A criação desse Batalhão se faz imprescindível, porque os 16 Municípios que integram a Região Metropolitana estão sobrecarregando de uma forma muito grande o policiamento da Capital, e esse Batalhão cuidará especificamente dos Municípios que integram a Região Metropolitana e o Vale da Ribeira.

A Mensagem está redigida nos seguintes termos:

Lê a Mensagem.

O SR. ANTÔNIO LOPES DE NORONHA - (Termina de ler Mensagem).

Senhor Presidente, apenas uma informação final.

Esta mensagem está sendo encaminhada à Assembléia Legislativa, com a plena concordância, análise e aprovação do Senhor Vice-Governador do Estado Professor Ary Queiroz.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Eu quero, pela ordem, parabenizar V.Exa. por dar oportunidade ao brilhante pronunciamento do Secretário, que na falta de um Deputado do PMDB que defendesse a proposta, subiu à tribuna e a fez e também parabenizar esta Presidência pela inauguração nesta Casa, da Tribuna Livre, em que nós esperamos que quando convivemos com o representante quem sabe dos funcionários públicos possa ele também subir à tribuna e fazer um rosário de informações tão importantes para nós Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) -

Não podemos aceitar, evidentemente, as palavras do ilustre Deputado Paulo Furiatti, que depois de uma longa viagem pela Europa volta inspirado.

Mas nós temos aqui uma Bancada atuante, está presente, como temos demonstrado a todo o momento e evidentemente que talvez nós não fizéssemos realmente uma defesa tão brilhante como fez o nosso ilustre Secretário de Estado da Segurança, mas de qualquer maneira estamos aqui presentes e sempre marcaremos presença e estaremos presente a todos os momentos nesta Casa de Leis.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Agradeço V.Exa. e eu quero parabenizar a Presidência da Casa pela iniciativa de conceder a palavra a um Secretário de Estado que trouxe assunto seríssimo à apreciação desta Casa de Leis.

Não chegarei a tanto de pedir ao Presidente que franqueasse a mesma tribuna para que o funcionários públicos viessem aqui desfiar um rosário de reclamações, que o funcionário sempre tem alguma coisa a reclamar contra o Governo, como o empregado sempre tem contra o empregador, mas matéria séria como a que traz o Secretário do Estado, que demonstra que enquanto o Governador Álvaro Dias recebe de pessoas inconformadas com o seu sucesso administrativo os mais contundentes e injustos ataques nesta Casa, a sua equipe de Governo procura dar à população do Paraná, tranqüilidade para o trabalho, para o desenvolvimento do Estado.

Esta medida se fazia imperiosa e necessária porque o policiamento da Capital, realmente, era prejudicado pela grande demanda de casos da região Metropolitana do Estado e a criação desta Batalhão vai atender a duas situações, da Região Metropolitana que terá maior segurança, que nós temos verificado que a maioria dos crimes ocorre exatamente na Região Metropolitana e o que ocorre na Capital de anormal é o reflexo da falta de policiamento nesta região.

Parabenizo o Comandante da Polícia Militar do Estado, o Secretário de Segurança, pela visão, pela acuidade em criar este Batalhão que irá, efetivamente, preencher aquela lacuna que todos os curitibanos já estavam reclamando do Governo do Estado.

Parabéns Secretário, parabéns Comandante da Polícia Militar.

O SR. ANTÔNIO LOPES DE NORONHA - Muito obrigado, eu gostaria de agradecer não apenas a manifestação do Deputado Erondy Silvério, mas de toda à Assembléia Legislativa, pela oportunidade e pedir a compreensão e a urgência na tramitação deste projeto, que tenho certeza absoluta foi feito com o maior cuidado, com a maior dedicação e com o maior esmero, visando sobretudo e fundamentalmente a segurança da nossa população.

Gostaria de neste momento me dirigir até a Mesa para fazer a entrega desta mensagem em mãos do Presidente Anibal Khury e agradecer a todos os Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu também entendo que a Assembléia, recebe hoje, esta mensagem muito importante em que diz respeito à

área da Segurança Pública do Estado do Paraná e eu faço um apelo, então, à Presidência de que a Assembléia Legislativa seja transformada em Comissão Geral, em caráter de emergência, para que nós possamos aprovar este Projeto, a fim de que, este batalhão da Região Metropolitana, que será instalado no Município de São José dos Pinhais, venha realmente o mais depressa possível, atender às reivindicações da população da Região Metropolitana, que teve um crescimento realmente extraordinário, o que está saturando evidentemente o policiamento da Capital. Com a criação desse batalhão em São José dos Pinhais e que terá a jurisdição nos demais distritos da Região Metropolitana da nossa Capital, evidentemente que os policiais militares que, hoje, dão atendimento aos batalhões da Capital e à Região Metropolitana retornem ao policiamento na Capital e, com isso, evitando consequentemente que continue esse clima de insegurança, de intranquilidade que tem tido a população curitibana.

Então, eu quero neste momento parabenizar, independentemente de cores partidárias, o Governador do Estado do Paraná, o Secretário de Estado da Segurança Pública, o Comandante da Polícia Militar que hoje vêm aqui, à Assembléia trazer uma matéria de suma importância para a segurança do povo da Capital do Estado e da Região Metropolitana. E nós então, requeremos que seja transformada em Comissão Geral, em caráter de urgência, para que o mais rápido possível esta Mensagem seja aprovada.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar esta Casa pela oportunidade que deu ao Secretário de Estado da Segurança e também parabenizar o Deputado Pirajá Ferreira que durante muito tempo tem lutado por esse batalhão.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós que acompanhamos o dia-a-dia da Região Metropolitana porque representamos aqui nesta Assembléia alguns municípios dessa mesma Região, podemos entender claramente o significado no momento em que o Nobre Presidente concedeu a palavra para que o Secretário pudesse levar a Mensagem à tribuna.

É a sensibilidade política do nosso Presidente porque ele entende, como entende a Polícia Militar, como entende a população que vive na Região Metropolitana, que é um quarto da população do Estado do Paraná, que hoje, a segurança da região tem sido reclamo dessa população. Ao mesmo tempo, eu quero cumprimentar o Secretário Noronha, o Chefe da Polícia Militar, enfim, quero agradecer em meu nome, em nome

dos prefeitos da Região Metropolitana, em nome dos vereadores, essa Mensagem.

Muito obrigado.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, nesta oportunidade eu quero agradecer ao Governador Álvaro Dias, por mais esta conquista que é o batalhão metropolitano, nós que tanto lutamos ao lado do nosso Secretário Dr. Noronha, do Comandante da Polícia Militar, Coronel Vantuil, uma nossa luta de há muito tempo. Nós, como representantes da Região Metropolitana, com muito orgulho, como o Deputado mais votado desta Região, nós que tanto temos lutado, e eu quero deixar de público o meu profundo agradecimento ao Governador do Estado, e mais uma vez ao Dr. Antônio Lopes de Noronha e ao Comandante da Polícia Militar, Coronel Vantuil, especialmente ao Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, Moacir Piovezan, que cedeu o terreno para a construção do batalhão metropolitano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a presença do Secretário Antônio Lopes de Noronha, do Comandante da Polícia Militar, Coronel Vantuil, e deve afirmar e reafirmar ao Plenário que tantas matérias de importância, como a lida pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança na tribuna, também serão lidas por outras pessoas, desde que essas matérias atendam à coletividade em geral. Portanto, a Mesa abriu o precedente e fará ainda outras vezes desde que a matéria seja de interesse coletivo.

Eu agradeço a presença do Secretário Noronha, do Coronel Vantuil. Esta é uma notícia e uma medida importante que irá beneficiar Curitiba e, principalmente, a Região Metropolitana.

A Mesa vai ler o Inciso V, Art. 90 da Constituição Estadual, ainda com referência às palavras do Deputado Nereu Carlos Massignan:

"Encaminhar à Assembléia Legislativa informações por escrito, quando solicitado pela Mesa, podendo ser responsabilizado, na forma da lei, em caso de recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como de fornecimento de informações falsas."

A Mesa determinou ao serviço auxiliar da Assembléia, que anote todos os pedidos de informação aqui solicitados, a data da saída e faça chegar à Presidência as informações, quando estas não forem atendidas dentro do Inciso V do Art. 90 da Constituição Estadual. E a Mesa promete que tomará as providências e responsabilizará aquelas autoridades que não cumprirem

a Constituição Estadual.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Agradeço a Vossa Excelência, nobre Presidente Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lideranças.

Consulto a Liderança do PMB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais presentes.

Estamos todos ansiosos na esperança de que o País comece a viver um novo tempo. Um novo tempo tão esperado pela maioria dos brasileiros. O nosso partido, vigilante e muito presente, vem a esta tribuna tecer considerações diante das expectativas que estão sendo produzidas em toda a Nação.

No dia de ontem foi anunciado o nome do novo ministro, o mais importante do novo Governo, o Ministro da Infra-estrutura, Coronel da Reserva, Ozires Silva.

Em sua primeira entrevista, anunciou a sua meta principal, que é a linha mestra do Governo Collor, a privatização em massa das empresas estatais.

Na moda neoliberal que tomou conta da América Latina, o Estado passou a ser o vilão por tudo o que há de errado e que acontece na economia. No Brasil não está sendo diferente. Com a eleição de Collor, aqueles que se enriqueceram com os recursos públicos, vendo que não existem mais tetas gordas para serem sugadas, jogam agora sua garras sobre o patrimônio público do País e mais precisamente, nas empresas estatais. A teoria neoliberal se resume na falsa idéia de que o Estado é maléfico aos destinos da economia de qualquer País, e que o "déficit" do Estado é a causa da inflação. Não é verdade.

O jornalista Clóvis Rossi, da "Folha de São Paulo", há alguns dias atrás escreveu um artigo onde ele compara o aumento do "déficit público" com o aumento da inflação. A comparação é feita em números e estes não mentem, deixam claro que se os neoliberais continuarem a dizer que a inflação é a grande responsável ou melhor, se o déficit é o responsável pela inflação, eles continuarão mentindo à Nação.

Nos anos de oitenta e sete, oitenta e oito e oitenta e nove, não houve nenhuma relação direta entre o aumento do déficit público e o aumento da inflação. Nestes três anos o déficit público manteve-se na casa dos 4% do Produto Interno Bruto. Nes-

tes mesmos três anos houve violentas variações no patamar da inflação do ano. Basta compararmos os últimos dois anos e vamos ver. Em 88, a inflação foi de 960% e o déficit público foi de 4.3% do Produto Interno Bruto. Em 89 a inflação alcançou 1.764% durante o ano, enquanto o déficit público ficou em torno de 4,5% do PIB. Se a inflação acompanhasse o "déficit" em 89, teríamos tido praticamente a mesma inflação de 1988. No entanto, não foi o que ocorreu.

A inflação superou em quase 80% o crescimento do "déficit" do Estado. Esses números deveriam servir para que o novo Presidente eleito refletisse melhor sobre como e onde se deve combater a inflação. Existem causas maiores que inflacionam, que são conhecidas por todos nós, que são os problemas estruturais do País, as desigualdades econômicas, a especulação.

Dizem que as estatais são deficitárias. Se o fossem, não estariam hoje sendo cobiçadas pelos grandes empresários deste País. Depois de terem construído fortunas com recursos públicos, com juros baixos, com juros subsidiados, com subsídios especiais, outros benefícios, eles querem agora colocar suas garras sobre as estatais, levando-as de graça para a iniciativa privada.

Esperamos que o Sr. Presidente pense duas vezes, porque o povo brasileiro está cheio de bravatas e de falsas soluções. O discurso contra as elites é dito em um dia e no outro anuncia-se a dilapidação do patrimônio público, a exemplo do que já vem ocorrendo no Governo Sarney, com a venda simbólica da MAFERSA, denunciada pelo nosso Partido.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse momento de esperança nos mostra, a cada dia que passa, a cada dia mais perto da sua posse, que a desesperança está cada vez mais perto de nós.

Era isto, Sr. Presidente.

Era isto, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Nós ocupamos a tribuna, hoje, como não poderia deixar de ser, para destacar a decisão do Presidente em suspender a liquidação extrajudicial do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul, BRDE, decidida no ano passado, pelo Governo Fede-

ral.

Queremos lembrar, aqui, o ato realizado no dia 07 de dezembro do ano passado, nesta Assembléia Legislativa, discutindo a liquidação extrajudicial do BRDE, numa iniciativa da UPI, União Parlamentar Interestadual. Naquela oportunidade, nós advertimos quanto ao erro cometido com a liquidação decretada pelo Governo Federal.

O BRDE é uma instituição de crédito que há vinte e oito anos vem prestando relevantes serviços à economia do Paraná e esteve ameaçado de extinção por obra de interesses pouco esclarecidos.

Nós devemos reconhecimento ao BRDE, diante das ações que aquele órgão de desenvolvimento levou a cabo no Estado do Paraná e na Região Sul: O apoio dado ao cooperativismo, através da implantação da estrutura de armazenagem hoje existente no Estado, de cerca de quatro milhões de toneladas estáticas financiadas. Devemos citar as centenas de empresas industriais que cresceram sob a sempre presente orientação técnica e financeira do Banco, cujo número de contratos ascendem a treze mil e quinhentos, com uma geração de cinquenta e oito mil empregos diretos. Enfatizamos os estudos, programas e projetos que se originaram naquela instituição e contribuíram para nosso desenvolvimento econômico, oriundo de um quadro funcional que não ultrapassa 760 pessoas.

Num País, onde centenas de entidades, reconhecidamente ineficientes e eivadas de vícios, absolutamente o Governo Federal não adota ou não consegue efetivar medidas, que hoje por sinal, este mesmo governo visita o nosso Estado, mas sem as crianças abanando as bandeirinhas, sem banda de música, visando a extingui-las. No caso presente, exorbitando de sua competência, interveio numa empresa autárquica interestadual, levando a cabo, por mais de dez meses, a sua liquidação.

Trata-se o BRDE de uma instituição sólida, cujo patrimônio líquido, em março de 1989, era de 137 milhões de dólares, expurgada a dívida dos Estados, porém, até este momento, não paga. Seus ativos, excetuada esta dívida, naquela ocasião, eram de 800 milhões de dólares, sendo que no Paraná, correspondiam 220 milhões, basicamente voltados a financiamentos ao setor público. Somente no ano passado, mais de 500 milhões de dólares deixaram de ser aplicados na região, conforme previam as suas metas.

Nenhum Banco de Desenvolvimento pode apresentar esta performance, exceto o BNDES.

E foi com base nisso que estivemos representando esta Casa, integrando uma Comissão formada por companheiros como os Deputados: José Rogério, David Cheriegate,

Ezequias Losso, estivemos em Florianópolis ao lado de Deputados Estaduais de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e Deputados Federais, dos três Estados discutindo e fazendo o movimento, para que o Banco fosse mantido. E, ontem graças a Deus, foi anunciada a suspensão dessa liquidação extrajudicial, num reconhecimento claro do equívoco que sua liquidação constituía.

A partir de hoje, o Banco Central passa a responder em conjunto com os três Estados do Sul, pela direção do Banco que fornece recursos para o desenvolvimento industrial, numa decisão a ser formalizada ainda hoje, com publicação no diário oficial da União.

O futuro Presidente do BRDE, será ainda escolhido, mas quem vai apontá-lo será mesmo o Banco Central. Esta primeira equipe conjunta, Estados, União, vai administrar as finanças do Banco por dois anos, quando a federalização da Instituição poderá ser revista.

O BRDE, tem uma dívida global de quinhentos e cinquenta milhões de dólares, segundo o seu chefe da área industrial do Paraná, Francisco Lutero. Desde a sua liquidação extrajudicial, era defendida a proposta de federalização do Banco e a assunção da dívida pelos Estados, devedores do BRDE, para amortização em quinze anos.

A existência do Banco Regional do Sul, não constitui favor do poder central mas, simplesmente, contempla a equidade que deve haver entre as regiões do País, uma vez que o Norte possui o Banco da Amazônia, o Nordeste o Banco do Nordeste do Brasil e, recentemente o Centro-Oeste foi contemplado com o Banco do Centro-Oeste.

A decisão da suspensão da liquidação é, sem dúvida, louvável, um dos poucos acertos do atual Governo de José Sarney, mas sem dúvida reflexo de uma análise ponderada dos prejuízos inestimáveis, que a liquidação do BRDE, traria não só ao Paraná, como ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o eixo econômico do Sul.

A decisão vem ainda Senhor Presidente, Senhores Deputados, pôr fim a uma situação de completo desconforto e intranquilidade dos cerca dos cento e oitenta funcionários do BRDE, no Paraná, que com destino incerto, vinham tendo os seus salários pagos pelos rendimentos de recursos do BRDE "over-night". A decisão de suspensão da liquidação, mais uma vez, é um acerto e demonstração da importância da coesão da classe política, de setores empresariais, das entidades em geral, e de toda a população em defesa dos nossos interesses."

E esta Assembléia, eu faço questão de registrar, Senhor Presidente, teve uma atuação importantíssima no debate realizado em Florianópolis, onde o Deputado José Rogério, comandante da comitiva de Deputa-

dos, ao lado do Deputado Ezequias Losso, ao lado do Deputado David Cheriegate, ao lado deste Parlamentar, representaram, batalharam e exigiram a permanência do BRDE. Está de parabéns, portanto, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; ocupamos o Horário das Lideranças do Partido Liberal para registrar telex recebido da Cidade de Marechal Cândido Rondon...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - ... do Senhor Presidente do Partido Liberal daquela Cidade, David Ferreira Filho, e do Secretário Geral do PL, Itamar Dall'Agnol, com relação à crise da suinocultura.

(Lê) "A crise da suinocultura que vem se agravando ao longo dos últimos três anos, está conduzindo os criadores à falência, sem que o principal responsável pela atual miséria dos suinocultores do Paraná, que é o próprio Governo Federal, tome medidas para amenizar o problema e principalmente para tirá-los do caos, no qual entraram por força de medidas governamentais em 1986 quando instituíram o Plano Cruzado, um dos contos deste vigário Governo que aí está. E apesar dessa farsa institucional montada pela área econômica do Governo Federal, o consumo do País aumentou, devido à ilusória melhoria ou melhora do poder aquisitivo do trabalhador, provocando a falta de carne no mercado consumidor."

E continua o telex (lê): Naquela ocasião, o Governo apelou aos suinocultores, para que estes aumentassem seu plantel em 40%, o que consequentemente levaria os suinocultores a investimentos e obras de ampliação das instalações, para que fosse possível atender à demanda do mercado, o que foi prontamente atendido pelos suinocultores do País, que em troca, numa forma de traição do Governo Federal, recebeu a notícia de que havia sido autorizada em fins de 1986, início de 1987, a importação de 70.000 toneladas de carne suína, feita por empresas e frigoríficos de grande porte, com subsídios do próprio Governo Federal, em detrimento aos suinocultores, principalmente àqueles que haviam investido em instalações adequadas e no aumento do plantel para atender o pedido do Governo a que acreditaram, proporcionando com isso uma condição de falência total entre os suinocultores do nosso Estado onde 50% da produtividade suína foi desativada,

através da venda e da falência de criadores, especialmente de pequenos e médios, que levaram mais de dois anos para se reestabelecerem.

Em 1989, após mais de dois anos de recessão, com o mercado em franca recuperação, com o mercado consumidor novamente aquecido, o Governo Federal autoriza novamente a importação de mais 60 mil toneladas de carne suína de baixa qualidade, favorecendo novamente os grandes grupos econômicos do setor e causando altíssimos prejuízos aos criadores, que desde outubro de 1989, vem trabalhando com prejuízos, rolando seus créditos junto a cooperativas, empresas de fomento e instituições de crédito, elevando seus débitos de forma insuportável face a inflação e principalmente os absurdos juros de mercado cobrados aos suinocultores.

Pior que isso, tanto o Governo como as autoridades constituídas e aos representantes legislativos, tem sequer se preocupado ou feito alguma coisa para reverter este quadro, deixando milhares de famílias de criadores de suínos deste País, principalmente do Paraná, que hoje representa 20 por cento da suinocultura do Brasil, ir a falência, padecendo em muitos casos, além de descapitalizar-se procuram serviços em outras propriedades e não encontram, vindo a marginalizar-se como forma de sobrevivência, sem que as consequências sejam medidas ou até percebidas pelas autoridades.

Os suinocultores necessitam de uma política coerente e definitiva por parte do Governo e das autoridades do setor, para que possa optar em continuar na atividade ou não, deixando o mercado da produção e do consumo adaptar-se entre si, intervindo somente quando houver excesso adquirindo a produção e armazenando para entressafra, fazendo assim o estoque regulador, evitando a demanda, a oferta excessiva e a importação, uma vez que este País possui condições suficientes para abastecer o mercado consumidor interno e se faltar o preço dará condições para novos investimentos no setor. Precisamos a intervenção das forças políticas vivas, no sentido de regulamentar as normas aos suinocultores, onde as regras sejam antecipadas e nunca mudadas durante o jogo, mas assim com muita antecedência e divulgação para a classe prevenir-se e estruturar-se.

Gostaríamos do seu empenho pessoal, da Bancada, de seus colegas e de todos os políticos, para que com esta bandeira, possamos estabilizar a atividade suinícola no Brasil e especialmente no Paraná.

(aa) DAVID PEREIRA FILHO
Presidente do PL
de Marechal Cândido Rondon
ITAMAR DALL'AGNOL
Secretário do PL

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Termina de ler, E, gostaria apenas de dizer que entraremos com um Projeto autorizando o Governo do Estado do Paraná, e nós que aplaudimos a presença do Secretário Noronha, nesta Casa, nós que não temos, como candidato oficial do Governo do Estado do Paraná nenhum tipo de cunho separatista contra pês-vermelhos, contra pessoas do litoral, contra paraenses do oeste, do sudoeste, para que o Governo do Paraná encaminhe, o mais rápido possível, Mensagem no sentido de aparelhar, aumentar o efetivo do Estado do Paraná também no interior, e votaremos favoravelmente à Mensagem enviada para esta Casa, do Batalhão Metropolitano.

Por outro lado, para encerrar, Senhor Presidente, gostaria de agradecer aos nobres Pares, e contar com a altivez de todos os Senhores para mais este ano de debate político que será travado em busca de soluções e dias melhores para nosso Estado!

Vi estes dias, e tenho pouco tempo, Senhor Presidente, de assistir ao programa do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, onde ele falava que na posse de um delegado de Polícia se realizava um banquete; o Paraná não quer isso, Deputado Alborghetti, V.Exa. tem razão, o Paraná quer que medidas como essa que trouxeram o Secretário Noronha à Tribuna, Mensagens como esta que façam com que, realmente, o Paraná saia de dias negros, principalmente na área de Segurança Pública, que V.Exa. tanto luta ao lado do Deputado Algaci Túlio e tantos outros Deputados.

Quero agradecer e pedir, desde já o apoio de Vs.Exas. no sentido de instalarmos também o Batalhão Metropolitano, nas demais regiões de nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de Senhores Deputados.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constan-

te do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco), de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 230/89. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 230/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Escritura Pública de Doação de Imóvel ao Município de Cruz Machado, conforme especifica. Com PARCERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, nos seguintes termos: EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 230/89.

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 230/89, o seguinte artigo:

"Art. O produto resultante da alienação do imóvel referido no artigo anterior, deverá ser aplicado na implantação do Departamento Municipal de Fomento à Agropecuária, através da aquisição de um imóvel na área rural do Município".

Sala das Sessões, em 20.02.90.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente emenda apenas fazer constar do texto da própria lei os motivos que levaram o autor do Projeto a apresentá-lo, como está explícito em sua justificativa.

O gravame da impenhorabilidade e da inalienabilidade constitui segurança do doador quanto ao uso correto do objeto doado, por se tratar de patrimônio público.

Portanto, é salutar a manutenção de

semelhante garantia. Em votação a Emenda do Deputado Pedro Tonelli, sem Parecer.

Os Srs. Deputados que aprovam, a emenda, queiram levantar-se. Rejeitada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda do Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

27 Deputados rejeitam. 1 aprova. Está rejeitada a emenda.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 28/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Piraquara, para que a população decida sobre a criação do Município de Pinhais. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 118/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA LEÃO SCHULMANN - APM - MAURÍCIO THÁ, com sede e foro no Município de Figueira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 265/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor JOÃO BARROS ANDRADE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 285/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDAGUAÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 295/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a CENCALRIOS - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DE UBERABA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 17/89 (Mensagem n° 115/89, ex-Proposição n° 88/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que fica ratificado o Convênio já celebrado por motivo de urgência, em 31 de novembro próximo passado, entre o Estado do Paraná, através da Fundação de Esporte e Turismo e a Confederação Brasileira de Volley Ball, objetivando a realização do I Campeonato de Volley Ball da Juventude Feminina, em Curitiba. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 115, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado por unanimidade. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 098 e 097, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 096 e 105, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 127, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 116 e 117, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 103, 102 e 101, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 106, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 120, 119 e 129, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 118, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 112, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 128, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 125, 126 e 123, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

De conformidade e com o acordo das lideranças, a Mesa determinou as sessões de amanhã 4.ª feira e 5.ª feira, no trabalho

das Comissões e voltará a funcionar normalmente na próxima 5.^a feira.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, eu indago à Mesa, encaminhei ontem dois requerimentos, onde Vossa Excelência determinou que hoje haveria uma resposta, uma posição da Mesa, em relação a quantas anda o cumprimento do dispositivo transitório da nossa Constituição do Estado, o primeiro trata da relação dos presidiários do nosso Estado, que tem um prazo de 90 dias e já expirou o prazo.

A segunda, é com relação a Comissão Parlamentar sobre a questão da dívida externa do Paraná, que tem um prazo de 120 dias, que está se expirando e até agora não vimos nada.

Então eu indago à Mesa qual o pronunciamento, ou caso contrário que a gente aprecie e despache a tal providência.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A respeito dos presidiários a Mesa encaminhou pedido de informação. Quanto a outra questão de ordem de Vossa Excelência a Mesa aguarda definição das novas Comissões e vai atender também a solicitação de Vossa Excelência.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, é exatamente o que Vossa Excelência mencionou a respeito das novas Comissões. Se nós os líderes vamos indicar agora, indicaremos integrantes para o último ano. Nesse período que não terá sessões plenárias, que os líderes indicassem, Senhor Presidente, porque para não acontecer o que ocorreu no ano passado, que ficamos até maio em Comissão Geral.

Por outro lado, Senhor Presidente, nós também fizemos uma solicitação a respeito do cumprimento do artigo 21, da Constituição do Estado, que diz respeito a reavaliação das doações dos bens imóveis do Estado do Paraná, e esta Comissão seria formada por todos os partidos integrantes desta Casa de Leis, segundo o que consta no artigo 21 da Constituição Federal.

Eu solicito de Vossa Excelência que, também, determine aos líderes que indiquem os membros que participarão desta Comissão, cumprindo assim o disposto neste ar-

tigo da Constituição do Estado.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa determinou aos serviços, os que auxiliam a Presidência, para que recalcularem a composição das Comissões, tendo em vista que houve modificações de Bancada. Por isso, na próxima quinta-feira anunciaremos à composição das Comissões e o número de componentes por cada Partido, e tomaremos todas as providências, já solicitadas, para que se cumpra os dispositivos da Constituição Estadual e das disposições transitórias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 01 de março, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 118, 230, 265, 285, 295/89.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 97/89
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 403/89, 10, 15, 52/90.

e do Projeto de Resolução n. 98/89.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO EM SESSÃO DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1990.

"MENSAGEM PARA O ANO 2000"

Ivo Arzua Pereira

"Nunca traremos desgraça a esta cidade, por nenhum ato de desonestidade ou covardia, nem jamais abandonaremos nossos companheiros do povo, sofredores".

Louvável, sob todos os aspectos, a iniciativa do IPPUC - Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba, de editar a "Memória da Curitiba Urbana" em cujo primeiro número teve a gentileza de divulgar o meu depoimento pessoal sobre a criação do IPPUC (Lei 2660 de 01.12.65) e a elaboração e aprovação do Plano Diretor de Urbanismo de Curitiba (Lei 2828 de 31.07.66), durante a minha gestão na prefeitura de Curitiba (1962/1966).

Agradecendo penhoradamente essa demonstração de consideração e respeito a fatos históricos da maior relevância, acredito porém que tão valioso empreendimento ficaria mais completo e perfeito se: ao autor da entrevista tivesse sido dada a

oportunidade de fazer uma revisão na reprodução escrita da mesma, eliminando, pelos menos, as falhas de concordância e pontuação; no volume publicado, se tivessem incluído os "fac similes" dos documentos mais importantes (leis, decretos, etc) relativos aos eventos ali mencionados e, por último, se reeditasse a coleção das cinco ou seis primeiras publicações do IPPUC, documentando o nascimento da "institucionalização do Planejamento Urbano no Brasil", no depoimento insuspeito do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM.

Mas é claro, isto não invalida, nem desmerece a extraordinária e louvável iniciativa do IPPUC, o que agradeço comovido e, agora, mais confiante na "Curitiba de amanhã" e no Brasil do futuro.

Assim retemperado, em minhas crenças nos valores intrínsecos do ser humano e nas imensuráveis potencialidades do nosso povo e do nosso país, comemorando o Jubileu de prata do IPPUC e para que sirva de edificação da nossa cidadania e emulação da nossa juventude, na época atual tão carente de bons exemplos, julgo oportuno que se divulguem com maior amplitude os principais eventos relativos esse tão expressivo evento curitibano.

Por isso lembrei-me de que, em todo o processo do Planejamento Urbano de Curitiba, tive a mais eficaz e entusiástica colaboração dos nossos valorosos e altaneiros profissionais da comunicação escrita, falada ou televisionada, sem embargo de suas posições políticas e ideológicas pessoais.

Em todas as sessões públicas (7) do Seminário "Curitiba de Amanhã", dec. 1.000 de 30/06/65) que criou o "Mês do Urbanismo", e programou aquele conclave, os profissionais da comunicação, eram os convidados especiais, e sempre ali estiveram cumprindo a sua essencial e maravilhosa missão do bem informar seus leitores ouvintes ou telespectadores, criando assim uma consciência comunitária sobre a importância do Planejamento Urbano.

A eles e aos Órgãos de comunicação social que representavam, Curitiba, nosso povo e eu, particularmente, devemos esta homenagem e nossa gratidão imperecível.

Eis porque, nos momentos de introspecção que precederam a minha decisão de melhor contribuir para a comemoração do jubileu de prata do IPPUC, criada pela inspirada decisão da sua diretoria, lembrei-me de fazer este apelo às indormidas e corajosas sentinelas das nossas liberdades democráticas, para que divulguem por partes, a anexa publicação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, separata do volume 14 da estante paranista, comemorativa dos 80 anos de sua

fundação, sob o título:

"Planejamento Democrático: A História do Planejamento de Curitiba" 1981.

O mais importante desta publicação é que, além de historiar os principais eventos no processo do planejamento de Curitiba, ainda contém a assência da "Mensagem Para o Ano 2000", que havíamos incluído no receptáculo concreto na Praça de 29 de Março, quando de sua inauguração, e que, anos atrás, foi violado, intencionalmente ou não, por vândalos aparentemente desconhecidos, sem que, até hoje, houvesse qualquer preocupação de restaurar o seu histórico conteúdo.

Agora com a elogiável intenção da direção do IPPUC, em divulgar a completa história do planejamento de Curitiba, reacendeu-se em mim a chama da luta pela verdade histórica.

O que se quer enfatizar com esta "Mensagem Para o Ano 2000", dedicada às atuais e futuras gerações de brasileiros, pode ser sumarizado nos seguintes princípios cardeais.

a) O "Processo do Planejamento" é mais importante do que o "Planejamento", em si mesmo, pois objetiva assegurar o equacionamento correto dos fatores mais essenciais e influentes na ocorrência dos fenômenos em estudo;

b) O "Planejamento Democrático", é a própria essência da verdadeira democracia, isto é democracia digna desse nome, pois que as eleições são apenas um "meio" e não um "fim" em si mesmo, o qual se configura pela participação direta do cidadão na fixação das principais opções para o seu futuro;

c) O grande e imprescindível agente operacional desse "Planejamento Democrático", é um órgão do tipo do IPPUC aí o "processo de institucionalização do planejamento", o qual, ao tempo em que cuida da otimização do "processo do planejamento", e luta pela sua correta implantação, preocupa-se, ao mesmo tempo, com sua permanente modernização e aperfeiçoamento, ao longo do tempo;

d) E, por último, mas não por fim, a conscientização dos profissionais de planejamento, em qualquer especialidade, de que "Planejamento Democrático", exige "Equipes Multidisciplinares" ou "Polivalentes", para serem os sensíveis interlocutores de todos os segmentos da sociedade civil.

Hoje, como nunca, é importante lembrar essa grande conquista da população curitibana, que há 25 anos iniciou essa arrancada rumo ao futuro, inovando no campo do planejamento, pela implantação do "Planejamento Democrático" e a "Institucionalização do Planejamento Urbano", com a criação do IPPUC.

De fato, a queda do muro de Berlim, tão importante e significativa para o mundo moderno, como o foi a queda da Bastilha no século XVIII (1789), vem demonstrar à sociedade que "não é possível sufocar as liberdades fundamentais que dão sentido à vida do homem", como expressou Dom Eugênio Salles em seu artigo sobre esses acontecimentos do Leste Europeu.

No Brasil, a "revolução pelo voto", ocorrida nas últimas eleições presidenciais, deixou claro que o povo brasileiro, nas eleições mais livres e limpas de toda

a nossa História, compreendendo e absorvendo as lições do Velho Mundo, parte agora para soluções realmente democráticas; a livre participação do cidadão nas decisões que envolvem sua própria vida e seu futuro.

É portanto oportuno, lembrar e ressaltar o Planejamento Democrático, que complementado com a mobilização nacional para o desenvolvimento, haverá de impulsionar o Brasil, numa grande e irresistível arrancada rumo a um esplendoroso futuro de liberdade, bem-estar e progresso econômico.